



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005558-91.2017.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários**
 Exequente: **'Banco do Brasil S/A**
 Executado: **Fortelab Industria e Comercio de Fornos Eletricos Ltda e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

'BANCO DO BRASIL S/A, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Execução de Título Extrajudicial em face de Fortelab Industria e Comercio de Fornos Eletricos Ltda, Hernan Romero Cossio, Cibeli Maria Domingues e Camila Dellela Romero, também qualificada, com base em Cédula de Crédito Bancário nº 650.903.241, emitida pela primeira executada e garantida por aval dos demais em 14 de maio de 2015, no valor de R\$ 239.487,92, com vencimento para 28 de maio de 2020, não obstante o que teriam incidido em mora no pagamento das parcelas ao deixar de disponibilizar ativos financeiros em sua conta corrente para débitos, apresentando o saldo devedor de R\$ 246.097,77, conta da qual foram intimados para pagamento na forma regulada pelo Código de Processo Civil.

A executada CAMILA DELLELA ROMERO SIMÕES opôs execução de pré-executividade alegando que apesar de seu nome constar como avalista na cédula de crédito executada, não haveria assinatura alguma lançada como sua, o que a tornaria parte ilegítima para figurar no pólo passivo da execução, reclamando, assim, a extinção da presente execução, nos termos do artigo 485, inciso VI do Código de Processo Civil.

O banco credor não respondeu.

É o relatório.

Decido.

A leitura da Cédula de Crédito Bancário nº 650.903.241, acostada às fls. 63/76, deixa ver que, realmente, a executada *Camila Dellela* não assinou o referido título de crédito (*vide fls. 74*, precisamente), não podendo, assim, ser por ele responsabilizado pelo seu não pagamento.

É que falta à obrigação a imprescindível manifestação de vontade da coobrigada, ora excepta, com o que não se poderá afirmar constituído o título executivo extrajudicial em relação àquela, e faltando dito requisito, nula a execução, atento ao princípio *nulla executio sine titulo*, arrimando-nos com a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nos termos do acórdão seguinte: “**EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - Ilegitimidade passiva ad causam reconhecida pela decisão recorrida - Acolhimento da exceção em decorrência da falta de assinatura e, portanto, de**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****5ª VARA CÍVEL****RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

consentimento, em instrumento particular - Exceção (ou objeção) de pré-executividade admitida para arguição de matérias de ordem pública, tais como as condições da ação e os pressupostos processuais, sem que haja necessidade de dilação probatória. Recurso improvido” (cf. Ap. nº 1005274-62.2014.8.26.0510 - 1ª Câmara de Direito Privado TJSP - 05/04/2016 ¹).

A exceção é, portanto, procedente, acolhida que fica para determinar a extinção parcial da execução em relação à ora excipiente, cumprindo ao exequente/excepto arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da dívida, atualizado, reduzidas essas verbas a um quarto (1/4), atento a que sejam quatro (04) os demandados, nos termos do que regula o art. 87, do Código de Processo Civil.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente exceção de pré-executividade oposta por CAMILA DELLELA ROMERO contra 'BANCO DO BRASIL S/A, em consequência do que JULGO PARCIALMENTE EXTINTA a execução em relação a ela, CAMILA DELLELA ROMERO, por ilegitimidade passiva, com base no art. 485, VI, do Código de Processo Civil, e CONDENO o exequente/excepto arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da dívida, atualizado, reduzidas essas verbas a um quarto (1/4), atento a que sejam quatro (04) os demandados, nos termos do que regula o art. 87, do Código de Processo Civil.

Publique-se e Intime-se.

São Carlos, 27 de março de 2018.

Vilson Palaro Júnior

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

¹ <https://esaj.tjsp.jus.br/cjsgr/resultado>